

LINHA DO TEMPO DO ESTÁGIO CURRICULAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CEARÁ

Jailene de Araújo Menezes ¹

INTRODUÇÃO

A matriz curricular das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará (EEEPs) é composta pela base nacional comum curricular, formação profissional e parte diversificada. Inserida nessa matriz, tem-se o componente Estágio Curricular, normatizado pela Lei Federal do Estágio n.º 11.788/2008, pela Lei Estadual n.º 14.273/2008 referente à Criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, pelo Decreto n.º 29.704/2009 que instituiu alterações no Programa de Estágio em órgãos e entidades da administração pública estadual, pelo Decreto n.º 30.933/2012² que estabeleceu o Programa de Estágio para estudantes e egressas(os) da rede de ensino do Ceará, pelo Decreto n.º 32.075/2016 que instituiu alterações no Programa de Estágio das EEEP's e pela Lei Estadual n.º 17.572/2021 referente ao Programa Ceará Educa Mais; além de documentos norteadores referentes a esse componente curricular como os Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional, Guia do Estágio e Manual do Itinerário Formativo e Avaliação do Estágio.

Para a realização desse estudo foi estruturada uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental a partir de livros e artigos de referência acerca da temática, assim como a análise de documentos e atos normativos relacionados ao estágio curricular supervisionado nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará. Analisar os atos normativos e os documentos institucionais relacionados ao estágio curricular nas EEEP's, possibilitou verificar as adaptações necessárias à legislação para atender as especificidades da oferta desse componente curricular nas EEEP's. Nesse sentido, observou-se que as alterações específicas ao estágio nessa rede de escolas foram consolidadas em 2016, evidenciando as questões burocráticas em detrimento dos

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), docente da rede pública estadual de ensino do Ceará, jailene.araujo64@aluno.ifce.edu.br

² Relevante mencionar que no ano de 2012, foi criado o Sistema Informatizado de Captação e Estágios (SICE). Disponível em: <https://sice.seduc.ce.gov.br/sice/login.jsf>. Acesso em: 10 ago. 2025.



aspectos pedagógicos. A introdução deverá conter resumo teórico sobre o tema, apresentação da pesquisa, justificativa implícita, objetivos, síntese metodológica e resumo das discussões e resultados da pesquisa, além de apresentar uma síntese conclusiva acerca do trabalho desenvolvido.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico e documental, pois foi produzida considerando o material elaborado acerca de uma temática específica, conforme Gil (2010). Quanto à pesquisa documental, Gil (2010) destaca a similaridade com a pesquisa bibliográfica, pois segue o mesmo itinerário desse tipo de pesquisa. Cabe evidenciar a distinção entre a natureza das fontes, sendo a documental composta por documentos ainda sem tratamento analítico efetivo, reconhecido como fonte primária; e a bibliográfica representando a contribuição de vários autores acerca de determinado tema, reconhecido como fonte secundária. Na trajetória desta pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o programa de estágio nas EEEPs, assim como a legislação estadual e os documentos norteadores acerca do Programa de Estágio nas EEEPs.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2007, o Programa Brasil Profissionalizado possibilitou a criação da rede de EEEPs no Ceará e após aderir ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o Estado do Ceará enviou proposta para a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. A partir dessa proposta, o Ceará obteve colaboração financeira e técnica para a estruturação da rede de EEEPs, mediante a Lei Estadual n.º 14.273/2008 referente à Criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará com uma demanda inicial de 25 escolas, quatro cursos técnicos, beneficiando mais de 4.000 estudantes (CEARÁ, 2014).

O estado do Ceará optou pela oferta do estágio curricular nas EEEPs, sendo necessário, portanto articular os eixos pedagógico, financeiro e jurídico para a efetivação dessa proposta junto às concedentes de estágio, empresas responsáveis por receber os estudantes durante o período do estágio na terceira série do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Para nortear a organização do estágio curricular nas



EEEPs, os principais atos normativos foram: a Lei Federal nº 11.708, de 25 de setembro de 2008, o Decreto nº 29.704, de 08 de abril de 2009, o Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012, o Decreto nº 32.075, publicado em 31 de outubro de 2016 e a Lei Estadual nº 17.572/2021³, de 22 de julho de 2021, referente ao Programa Ceará Educa Mais.

Quanto aos documentos norteadores vinculados ao estágio nas EEEPs, destacam-se a publicação dos Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional, divulgado em 2014; do Guia do Estágio, a primeira versão divulgada em 2014 e a segunda versão, em 2017; e do Manual do Itinerário Formativo e Avaliação do Estágio, a primeira versão divulgada em 2014 e a segunda versão, em 2017. Os documentos citados contemplam a tríade documental do estágio nas EEEPs, contemplando orientações que perpassam pelos eixos pedagógico, jurídico e financeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido aos marcos normativos relacionados ao estágio nas EEEPs, a opção em agregar as informações relativas a essas temática vinculadas a perspectiva temporal em formato linha do tempo mostrou-se relevante, pois Marques (2016, p.63), atenta que a linha do tempo demarca os acontecimentos considerando uma trajetória temporal e nessa perspectiva, “cada acontecimento é assinalado de acordo com o momento em que ocorreu e ainda de acordo com sua duração”. Sendo assim, Calero (2013, p. 31), considera que as linhas do tempo são relevantes instrumentos que possibilitam verificar não apenas questões relativas à temporalidade, mas adentram em processos que incentivam a vinculação entre acontecimentos históricos e o desenvolvimento espaço-temporal que “separa uma época da outra”, além de se configurar enquanto recurso didático que contribui para facilitar no processo de compreensão de eventos, marcos históricos e afins.

Considerando as especificidades da Lei Federal nº 11.708/2008, a publicação do Decreto nº 29.704, de 08 de abril de 2009, vinculado às mudanças no Programa de Estágio em órgãos e entidades da administração pública estadual, a publicação do

³ Alterada pela Lei nº 18.158, de 13 de julho de 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-18158-2022-ceara-altera-a-lei-no-17-572-de-22-de-julho-de-2021-que-dispoe-sobre-o-programa-ceara-educa-mais>. Acesso em: 10 set 2025.



Decreto nº 30.933, em 29 de junho de 2012, relacionado às particularidades da realização do Programa de Estágio direcionado à Formação Técnica e Qualificação Profissional para estudantes e egressos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual; as atividades de estágio podem ser desenvolvidas em instituições de âmbito público ou privado, cabendo aos Agentes de Integração, representados pela Seduc-CE e pela Secretaria de Trabalho e Ação Social, engajarem “o estagiário em Instituições Públicas ou Privadas, nos termos da legislação vigente”. Nessa perspectiva, compete aos Agentes de Integração “identificar no mercado oportunidades de estágio para os beneficiários do Programa regido por este Decreto”. No decorrer da trajetória das EEEPs, as diretrizes normativas acerca da prática de estágio foram sendo alteradas. Nesse sentido, cabe evidenciar as mudanças impostas pelo Decreto nº 32.075, publicado em 31 de outubro de 2016 que modifica o dispositivo do Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012. No Decreto nº 32.075/2016, constam alterações na redação dos artigos 5º, 6º e 8º, respectivamente, relacionados ao valor da bolsa, ao auxílio transporte e situações relacionadas à interrupção do pagamento da bolsa. Em 22 de julho de 2021, foi publicada a Lei Estadual nº 17.572/2021 referente ao Programa Ceará Educa Mais com ações relacionadas à estruturação, ao desenvolvimento e a implementação de estratégias de gestão no âmbito da rede pública de ensino do estado do Ceará.

Dentre os documentos estruturantes do estágio curricular nas EEEPs, tem-se a divulgação em 2014 dos Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional. Nesse documento composto por oito itens, sendo um deles dedicado ao estágio supervisionado, tem-se aspectos relacionados à definição, classificação e relações de estágio; inserção e supervisão em campo de estágio e avaliação do Estágio. No Guia do Estágio, a primeira versão divulgada em 2014 e a segunda versão, em 2017; os tópicos abordados sofreram alterações relacionadas à atualização na legislação referente ao Decreto 32.075/2016, sendo composto pelos eixos pedagógico, jurídico e financeiro. Relevante mencionar que nessa versão foram inseridas informações acerca do Projeto Social, considerando a aderência com a comunidade a partir de um levantamento prévio de necessidades. No Manual do Itinerário Formativo e Avaliação do Estágio, a primeira versão divulgada em 2014 e a segunda versão, em 2017, também foram inseridas informações sobre a atualização jurídica relacionada ao Decreto 32.075/2016. O referido documento é composto por três módulos, sendo o primeiro relacionado ao itinerário formativos dos estudantes durante o período do estágio; o



segundo módulo acerca do acompanhamento do estágio nas EEEPs com orientações direcionadas ao orientador do estágio nas concedentes, além do processo de elaboração do Projeto Social; e o terceiro módulo dedicado ao processo de avaliação do orientador e da autoavaliação do estudante. Relevante mencionar que o monitoramento do processo de estágio curricular nas EEEPs ocorre por meio do Sistema Informatizado de Captação e Estágios (SICE), criado em 2012, com módulos dedicados ao Orientador e ao Estagiário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os atos normativos e os documentos institucionais relacionados ao estágio curricular nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, possibilitou verificar as adaptações necessárias à legislação para atender as especificidades da oferta desse componente curricular nas EEEPs. Nesse sentido, observou-se que as alterações específicas ao estágio nessa rede de escolas foram consolidadas em 2016, evidenciando as questões burocráticas em detrimento dos aspectos pedagógicos. Essa mesma vertente foi verificada nos documentos institucionais, como os Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional, o Guia do Estágio e o Manual do Itinerário Formativo e Avaliação do Estágio. Nessa perspectiva, o programa de estágio nas EEEPs deve ser analisado para além do contexto jurídico e financeiro, adentrando principalmente nas questões pedagógicas, priorizando o trabalho como princípio educativo, possibilitando assim que os jovens possam ser agentes de transformação social.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, Estágio Curricular.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.

CEARÁ. Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/2791642979/lei-14273-08-ce>. Acesso em: 05 jul. 2025.

_____. Decreto nº 29.704, de 08 de abril de 2009. Disponível em: https://www.tce.ce.gov.br/jdownloads/Auditoria_TI/Legislaes%20de%20TI/Estadual/do20090414p01_29704.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

_____. Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/decretos-2/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

_____. Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional. Secretaria da Educação do Ceará, 2014.

_____. Guia do Estágio. Secretaria da Educação do Ceará, 2014.

_____. Guia do Estágio. Secretaria da Educação do Ceará, 2017.

_____. Manual do Itinerário Formativo e Avaliação do Estágio. Secretaria da Educação do Ceará, 2014.

_____. Manual do Itinerário Formativo e Avaliação do Estágio. Secretaria da Educação do Ceará, 2017.

_____. Decreto nº 32.075, de 31 de outubro de 2016. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/decretos-2/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

_____. Lei nº 17.572, de 22 de julho de 2021. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/it-em/7504-lei-n-17-572-22-07-2021-d-o-22-07-21>. Acesso em: 10 ago. 2025.

CALERO, Jose Narváez. La Línea del Tiempo como estrategia didáctica para la enseñanza de la historia en primaria. Publicaciones Didácticas: Revista Profesional de Investigación, Docencia y Recursos Didácticos, España, n. 41, p.29-57, dez. 2013. Disponível em: <http://publicacionesdidacticas.com/hemeroteca/articulo/041014/articulo-pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

MARQUES, Ana Beatriz Antunes. A forma do tempo: a timeline interativa como meio de visualização temporal. Dissertação (Mestrado em Design de Comunicação e Novos Media) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23777/2/ULFBA_TES_868.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

